

# Mobilização Empresarial pela Inovação

## Internacionalização e Inovação



Frederico Curado / Embraer  
SP - 17 junho 2011

## OBJETIVOS

- Consolidar o entendimento de que a internacionalização das empresas brasileiras, através de investimento direto no exterior, fortalece a competitividade global da indústria nacional e estimula o processo de inovação.
- Identificar as principais barreiras e dificuldades no processo de internacionalização das empresas brasileiras.
- Apresentar visões sobre políticas de incentivo ao investimento direto estrangeiro (IDE) brasileiro no exterior.

## INTERNACIONALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE: interdependência

- Investimentos em ativos, tangíveis e intangíveis, capacitam as empresas a aumentar sua competitividade e a superar barreiras de entrada em mercados internacionais.
- A internacionalização impulsiona a inovação, pela maior proximidade a clientes, fornecedores e centros de pesquisa, acesso a novas tecnologias e ativos estratégicos, e por requerer estratégias mais agressivas de competitividade.

## INTERNACIONALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE: interdependência

- Empresas inovadoras têm mais capacidade competitiva e perspectivas de sucesso internacional.
- Empresas de maior porte têm mais possibilidades de investir no exterior e dedicar recursos para inovação, maximizando os benefícios da internacionalização.
- Internacionalização, inovação e competitividade são fortemente interdependentes.

## CONTEXTO BRASILEIRO

- As exportações são a etapa inicial da internacionalização e criam a base para o investimento direto no exterior.
- Indústria nacional com foco histórico no mercado doméstico e busca de exportações
- Rápida deterioração da capacidade competitiva da indústria brasileira, fundamentalmente por razões exógenas às empresas, com perda da capacidade competitiva exportadora.

## CONTEXTO BRASILEIRO

- Substituição de produção nacional por importações.
- As empresas de vanguarda, para manterem-se competitivas, vêm buscando:
  - reduzir suprimentos no Brasil por importações de custo mais baixo, com efeitos negativos para o País
  - acelerar processo de internacionalização, por sua vez com potencial positivo para o País
- Surgimento das primeiras transnacionais brasileiras.

## BARREIRAS À INTERNACIONALIZAÇÃO

- Tratamento tributário desfavorável ao IDE.
- Pouca quantidade de acordos de bi-tributação entre o Brasil e países relevantes para o IDE brasileiro.
- No âmbito dos acordos existentes, insegurança jurídica e redução dos benefícios potenciais, pelas interpretações adotadas pela SRF.

## BARREIRAS À INTERNACIONALIZAÇÃO

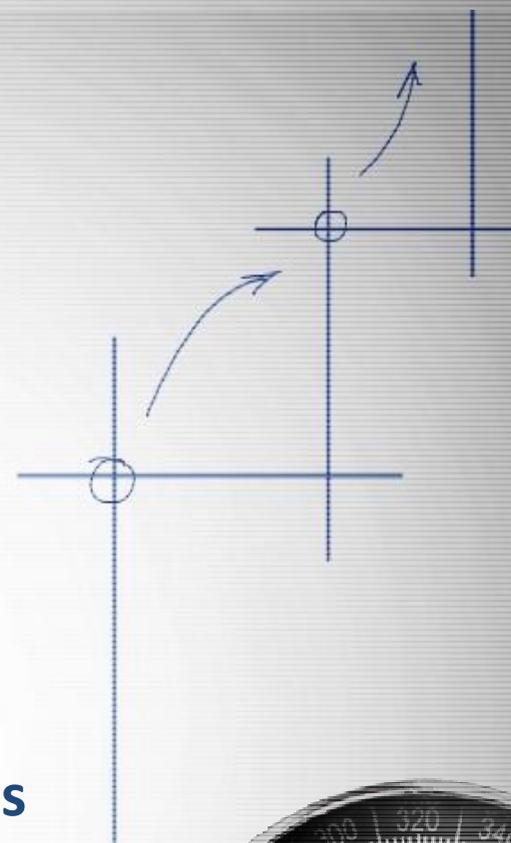
- Concentração dos mecanismos atuais de incentivo no financiamento ao investimento, ainda com baixa participação governamental no IDE brasileiro.
- Inexistência de mecanismos de mitigação de riscos para as fases iniciais do processo, como disponibilidade de informações sobre mercados, aspectos regulatórios e incentivos nos países de destino;
- Inexistência de financiamento para prospecção de oportunidades.

## BARREIRAS À INTERNACIONALIZAÇÃO

- Inexistência de acordos de proteção aos investimentos, ou de cobertura contra riscos de restrições à transferência de lucros e dividendos, repatriação de capital e expropriação do IDE.
- Inexistência de mecanismos de apoio para P&D das empresas brasileiras no exterior:
  - P&D realizado em subsidiárias no exterior ou contratação de projetos junto a institutos de pesquisa e universidades estrangeiras.
  - Parcerias e alianças estratégicas com clientes e/ou fornecedores para co-desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e processos.

## VISÕES E PROPOSTAS

1. Políticas para diferentes estágios
2. GT de internacionalização na CAMEX
3. Diálogo entre o GT e a MEI
4. Adequado tratamento tributário
5. Adequação do financiamento e garantias
6. Instrumentos de mitigação de riscos
7. Apoio à internacionalização
8. Inovação e internacionalização



Empresas em diferentes estágios de internacionalização enfrentam diferentes desafios e têm diferentes necessidades.

As políticas de apoio à internacionalização devem ser estruturadas à luz dessa realidade.

## **1. Políticas abrangentes para diferentes estágios**

O IDE brasileiro é afetado por políticas que estão no âmbito de distintas instituições governamentais (tributação, financiamento, acordos internacionais, promoção comercial, política industrial, etc).

É importante reconstituir o GT criado em 2009, no âmbito da Camex (e descontinuado ao final de 2010), para se assegurar a necessária integração entre as diversas instituições governamentais.

## **2. Reconstituição do GT de internacionalização na CAMEX**

A construção de um diálogo institucional entre o GT e a CNI / MEI permitiria a definição de uma agenda para a cooperação entre Governo e o setor privado na construção de política de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

### **3. Instituição de um mecanismo de diálogo entre o GT e a MEI**

A elevada carga tributária no Brasil é a principal barreira à internacionalização, após a valorização cambial (SOBEET, Valor, VCC, 2009).

O modelo tributário brasileiro foi concebido para um país importador de capitais, adotando práticas onerosas às empresas com investimentos no exterior ou em fase de internacionalização.

## **4. Adequado tratamento tributário ao IDE brasileiro**

## Proposta: Ampliação da rede de acordos de bi-tributação (ABT's)

- *Expandir quantidade de acordos*
- *Priorizar países mais importantes para as perspectivas brasileiras*
- *Adequar as práticas tributárias brasileiras às internacionais, limitando a interpretação unilateral (pela SRF) das cláusulas do acordo. Preocupação específica com a definição sobre onde os rendimentos serão tributados.*

## Proposta: Compensação dos prejuízos no exterior

- *Eliminar a restrição de utilização de prejuízos apurados no exterior para a dedução de lucro auferidos no Brasil, permitindo que os resultados (lucros e prejuízos) apurados no exterior possam ser consolidados com os resultados da controladora no Brasil, compensando-se o imposto pago no exterior.*



## Proposta: Reconhecimento dos benefícios fiscais concedidos no exterior

- *Permitir que os incentivos fiscais concedidos pelo país de destino (ex: isenção de IR por determinado período de tempo) sejam reconhecidos pelo Brasil, que deixaria, assim, de tributar integralmente o lucro.*

## Proposta: Redução na carga tributária sobre importação de serviços

- *Reduzir a carga tributária na contratação de serviços no exterior específicos e não disponíveis no mercado doméstico, como prospecção de mercados, honorários advocatícios, procedimentos administrativos, promoção comercial, etc.*
- *Reduzir a carga tributária da contratação de serviços associados à internacionalização dos processos de inovação e novas tecnologias às quais a empresa teve acesso no exterior.*



## **Proposta: Dedutibilidade do ágio em aquisições de empresas no exterior**

- *Permitir a dedutibilidade de ágio na compra de empresas no exterior, a exemplo do que se aplica a aquisições no mercado doméstico.*

Linhas de financiamento com características adequadas às diferentes modalidades de IDE estão no centro das políticas de incentivo de diversos países (China, Índia e Espanha).

Apesar da criação da unidade do BNDES para operações de captação e financiamento às empresas no exterior, o apoio ao IDE brasileiro ainda é incipiente e concentrado nas grandes empresas.

É importante criar instrumentos de financiamento e de garantias e seguro de crédito específicos para diferentes modalidades de internacionalização e adequados a empresas de portes variados

## **5. Adequação das linhas de financiamento e garantias**

O Brasil é um dos poucos países que não tem em vigência acordos de proteção de investimentos (APPI's), que garantem os direitos do investidor contra riscos políticos e de expropriação por parte dos países receptores do investimento.

Na ausência destes acordos, uma alternativa seria um sistema pouco oneroso de contratação de garantias de contra riscos dessa natureza.

## **6. Disponibilidade de instrumentos de mitigação de riscos do IDE**

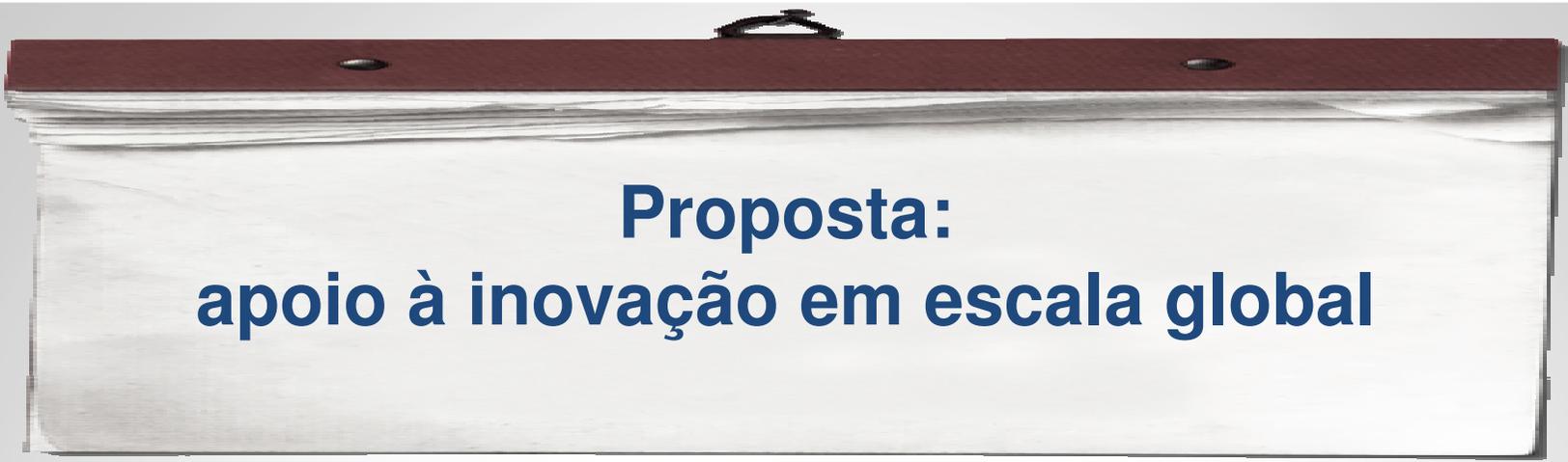
As empresas (principalmente as PMES's) que se encontram nos estágios iniciais do processo de internacionalização necessitam de apoio governamental (exemplo APEX e MRE) na obtenção de informações sobre condições dos mercados, legislação local, riscos, trâmites para migração de executivos, etc.

## **7. Mecanismos de apoio ao processo de internacionalização**

Na internacionalização, alguns aspectos são relevantes para a geração de inovação, como propriedade intelectual, marca e promoção comercial.

É importante incorporar a dimensão da inovação às políticas de apoio à internacionalização, através da maior cooperação entre centros de pesquisa brasileiros e estrangeiros, integrados aos projetos de empresas brasileiras no exterior, bem como apoiar a internacionalização de nossas instituições de pesquisa.

## **8. Integração das políticas de apoio à inovação e à internacionalização**



## **Proposta: apoio à inovação em escala global**

- ***Admitir que até 10% (p.ex.) das despesas de P&D incentivadas pela Lei do Bem sejam realizados com não-residentes.***
- ***Apoiar, em conjunto com as empresas que estão se internacionalizando, ICT's capazes de promover parcerias no exterior e internacionalizar suas atividades.***
- ***Apoiar a constituição de centros internos de competências , junto às empresas ou em parcerias com ICT's, capazes de realizar a transferência reversa de tecnologias acessadas no exterior.***
- ***Apoiar a internacionalização de ICT's e Universidades, de forma a atrair estudantes e profissionais de outros países e ampliar suas conexões no exterior.***